

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 7 DE MAIO DE 2021

NÚMERO 7.845

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL PL
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB PR
Dr. Vicente Caropreso
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 38 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>ATAS..... 2</p> <p>ATAS DE PLENÁRIO2</p> <p>ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES..... 16</p> <p>ATOS INTERNOS..... 29</p> <p>ATOS DA MESA29</p> <p>ATOS DA MESA CONSLEG30</p> <p>PORTARIAS32</p> <p>PUBLICAÇÕES DIVERSAS . 34</p> <p>TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO.....34</p>
---	--	---

A T A S

ATAS DE PLENÁRIO

ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto – Jean Kuhlmann - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Ricardo Alba

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Menciona, perplexo, que dentro de alguns dias, nesta Casa, será preciso justificar como que alguém compra 200 respiradores sem querer, uma compra de R\$33 milhões sem querer. Diz que é grande a sua expectativa em relação a este dia para ver como vão justificar. Relata que viu o editorial de uma TV de

Santa Catarina, que achou muito importante, não consta o autor, mostrando aquilo acontece aqui, no Estado, e acontece também em âmbito federal.

Lê o editorial em que constam algumas citações como estas: “Nesta terça-feira, em Brasília, será instalada a CPI do Covid, que vai investigar a conduta do Governo Federal e as verbas destinadas a Estados e Municípios durante a pandemia.” “A CPI começa desmoralizada, desacreditada pela opinião pública, pelo alto grau de suspeição dos seus dirigentes. Os 11 Senadores que fazem parte da comissão, já costuraram o acordo para entregar a presidência da CPI ao relator Omar Aziz, ex-Governador do Amazonas, que foi alvo da Polícia Federal.” “Renan Calheiros, recordista em denúncias e escândalos, está sendo indicado como relator.”

Continua lendo o que consta no editorial: “Qual a moral desses Senadores, abalroados de processos, para conduzir uma investigação isenta sobre desvios de dinheiro público durante a pandemia?” “É preciso, sim, responsabilizar quem foi culpado pelo caos, governantes destruíram a economia em nome do distanciamento social, com *lockdowns* inseqüentes, empresas quebraram, empregos desapareceram e a fome voltou a rondar os lares.”

Diz ainda no editorial: “Este não é um bom momento para a CPI, todas as ações políticas de governantes deveriam ser no sentido de conter a crise sanitária, de unir esforços em torno da imunização da população, de propor medidas urgentes em benefício dos setores econômicos mais atingidos, recuperando empregos e rendas. É o momento de priorizar a vacinação em massa, evitando mais mortes e canalizar recursos para equipar hospitais para melhor atender a população hoje e no futuro.” “A CPI não é uma prioridade nesse momento. Com os Senadores Aziz e Renan no comando, até que se prove o contrário, a CPI é um grande circo armado, um deboche, pois mostra a falta de sintonia entre os políticos e a sociedade.”

Finalizando, diz que o texto conseguiu sintetizar o seu pensamento, com exceção de que não é momento para CPI, pois, em sua opinião, todo momento é bom momento para CPI, para investigar. Ressalta que Santa Catarina não diverge dos outros Estados, no que diz respeito ao mau uso do dinheiro público durante esse período de calamidade, afastando todos de uma possibilidade mais tranquila, não pelos efeitos do vírus, mas pelos efeitos nocivos da política que existe em torno do vírus. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) – Fala de um processo significativo para o Estado, que envolve a agricultura familiar, pois acabou de ter, neste momento, uma confirmação positiva por parte da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e da Secretaria Estadual da Fazenda.

Relata que, na semana que passou, foi convidada a participar de uma reunião do Conselho de Segurança Alimentar do Estado, que trouxe a informação de que, dentro do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitiu que os agricultores familiares pudessem colocar sua produção para alimentação escolar e programas sociais, agregando renda aos agricultores e valorização dessa produção.

Menciona a carta de crédito que Santa Catarina teria no valor de R\$4,5 milhões, agora, que vence no próximo mês de julho. Explica que o que estava acontecendo, que motivou a reunião: o Estado exigiu a nota eletrônica aos agricultores familiares. Diz que aqueles agricultores do interior, que não têm *internet*, computador, não têm como preencher uma nota eletrônica, e estão com a produção parada, estragando. Na outra ponta, segundo dados, Santa Catarina tem 196 mil pessoas passando fome.

Constata que, diante desse cenário, dos R\$4,5 milhões, somente foi conseguido utilizar R\$800 mil, e o Estado estava correndo o risco de devolver ao Governo Federal R\$3,7 milhões, ou seja, não utilizar esse crédito do Programa de Aquisição de Alimentos. Conversou, então, com o Conselho de Segurança Alimentar e lideranças da agricultura familiar, e fez contato com a Governadora, que marcou uma audiência para hoje, às 14h, com a Fazenda, a Governadora e o Conselho de Segurança Alimentar. Aconteceu que a Governadora cancelou a audiência, mas o Secretário de Desenvolvimento Social, Claudinei Marques, assumiu essa pauta junto com a Fazenda.

Registra que agora se confirmou, oficialmente, que o Estado encontrou uma saída para resolver o problema dos agricultores do PA, que serão incluídos no Tratamento Tributário Diferenciado. Questiona a burocracia do Estado,

mencionando que ainda se está numa pandemia e deve haver flexibilização de exigências. Informa que o decreto que exige nota eletrônica é de 2016, e em nenhum ano ela foi cobrada, mas agora, neste ano de pandemia, é exigida. Afirma que sente-se feliz pela solução satisfatória da situação, esperando que haja tempo de acessar os recursos. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) – Enfatiza que a Assembleia é a Casa do Povo e tudo tem que ser deliberado de forma democrática, sobretudo aqui no Plenário. Entretanto, tem acompanhado como é difícil os seus projetos virem para votação, em Plenário, e não sabe se é somente por divergência política, divergência pessoal ou falta de vontade.

Sente-se muito indignado, porque foi feito pedido de diligência de um requerimento de audiência pública, de sua autoria. Diz que se colocou à disposição da Governadora para contribuir, e acreditou que uma das primeiras coisas que ela faria, seria instituir o tratamento precoce em Santa Catarina, mas nada fez nesse sentido. Assim sendo, encaminhou um requerimento para a Casa, na Comissão de Saúde, para uma audiência pública, onde pudesse trazer médicos de Rancho Queimado, de Chapecó, infectologistas que defendem o tratamento. Porém, afirma que o Deputado Caropreso pediu diligência do requerimento de audiência pública.

Cita a Deputada Paulinha, que está segurando três projetos seus, e lá fora tem gente interessada neles, como o PL que propõe escolas profissionalizantes como serviços essenciais; o que propõe a proibição de linguagem binária em instituições do Estado; e a PEC do Despejo, que determina que o Governador afastado tenha que sair da Casa Oficial. Pede que deixem que a Casa decida, e que ele tenha a oportunidade de defender os seus projetos aqui no Plenário.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) – Pergunta ao Presidente Mauro de Nadal se existe a possibilidade de fazer um encaminhamento, em nome do bloco PL, PSL, para que os gabinetes dos Deputados cumprissem o prazo regimental para liberar esses projetos, pois atrapalha a vida profissional dos Deputados. E também solicita que seja perguntado à assessoria da Casa se existe diligenciamento para um pedido de audiência pública. E, se não houver embasamento dentro do Regimento da Casa, que fosse suspenso esse pedido de diligenciamento. Coloca que se sentem impedidos de fazerem o seu trabalho, e isso causa transtorno administrativo e gastos para o Estado. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Informa que vai receber o primeiro pedido do Deputado, não como uma questão de ordem, mas como requerimento. Só que, ao invés de fazer o encaminhamento aos Deputados, fará aos presidentes das comissões. Neste momento, responde o segundo encaminhamento do Deputado Sargento Lima, e registra que a competência para gerir, reger e fazer o fluxo das matérias nas comissões é do presidente da comissão, regimentalmente. Então, com o expediente ao presidente, acredita que atende os requerimentos.

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Agradece à Presidência pelo atendimento a sua solicitação. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 15h.

(Pausa)

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) – Reabre a sessão e passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Comenta o último decreto do Poder Executivo, com relação às novas medidas restritivas impostas aos catarinenses no que diz respeito à Covid-19. Destaca que o mesmo estendeu o horário de funcionamento de bares, lanchonetes, restaurantes e sorveterias, a partir das 6h da manhã. Questiona veementemente, dizendo que quer saber quem será a pessoa que irá comer uma pizza ou ir a uma sorveteria e pedir um sorvete as 6h da manhã? Critica o Governo estadual, dizendo não entender as decisões tomadas.

Afirma que está esperando medidas inteligentes, desde que começou a pandemia, para tecer elogios, e que até agora só teve respostas e medidas absurdas. Informa que encaminhou ofício ao Governo do Estado e à Casa Civil para

relatar situações de dificuldades sobre as Feiras de Comércio e Negócios, que ocorriam no Estado antes da pandemia. Defende a reabertura, a liberação imediata das mesmas, alegando que os lucros são altos, e geram renda e emprego, que Santa Catarina precisa, ressaltando, ainda, que a segurança contra a Covid-19 nesses eventos é muito mais segura que uma quermesse de Igreja ou um supermercado.

Finaliza, registrando que tem a impressão que de propósito querem fechar o Estado, acabar com a economia, referindo-se ao Coes, e ressalta que ninguém é responsabilizado por ações erradas adotadas em conselhos.

[Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) – Aborda assunto referente à Escola de Cães Guias Helen Keller, de Balneário Camboriú, que está passando por sérias dificuldades financeiras devido à Pandemia, e está correndo o risco de fechar. Relata que a mesma se destaca em um trabalho modelo, é a única da América Latina que prepara cães guias que atuam no Brasil, pontuando que os cães treinados e todos os equipamentos que utilizam são doados para ajudar os deficientes visuais. Apresenta vídeo, mostrando as dependências da Escola. Solicita ajuda e apoio de todos os colegas e da sociedade catarinense para amparar a instituição.

Encerra, lembrando projeto de lei de sua autoria, que prevê que o consumidor catarinense exija nota fiscal das suas compras, muito importante, pois poderá ajudar e destinar parte do ICMS para entidades filantrópicas.

[Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSC

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Orador) - Registra a ocorrência de audiência pública, da comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, para tratar de assunto referente à Usina Jorge Lacerda, e que teve a presença de vários Deputados e autoridades, inclusive do Ministério de Minas e Energia, no sul do Estado. Explica que, se houver o fechamento da usina, haverá desemprego e muitos prejuízos econômicos para várias regiões do sul do Estado de Santa Catarina.

Informa que existem dois entraves para a venda da usina pela Engie, que se localiza em Capivari de Baixo, o primeiro é a questão do passivo ambiental, que carece de lei que precisa ser aprovada no Estado, por esta Casa. O segundo, é a questão referente ao PIS e do Cofins, que no caso depende do Governo Federal, para tentar voltar as taxas anteriores. Por isso, solicita aos colegas Deputados, aos Deputados Federais, Senadores que representam o Estado catarinense em Brasília, que lutem em favor da questão, para tentar uma solução e possa ocorrer a venda da usina.

Por último, parabeniza o ex-Deputado Narcizo Parisotto, atual Presidente do PSC, que continua lutando pelas causas da população do Estado de Santa Catarina. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Reporta-se ao descaso do Governo Federal para com a Educação, ao falar dos cortes no orçamento do Ministério da Educação, sendo a área mais atingida no presente ano. Cita dados numéricos de valores que foram bloqueados e vetados, e salienta o momento que se vivencia com a pandemia, dificultando o retorno às aulas de forma segura. Considera a situação do Estado de Santa Catarina dramática, ao fazer citação das perdas orçamentárias que as universidades federais catarinenses sofreram, bem como o Instituto Federal de Santa Catarina, o qual foi considerado a melhor instituição de ensino superior do Brasil, e perdeu valor monetário significativo para dar assistência a seus estudantes. Destaca, também, o corte financeiro que a UFSC sofreu, e que possui Campus no interior do Estado levando ensino de qualidade aos catarinenses. Diz que a Reitoria já se manifestou no sentido de que é inviável dar continuidade aos investimentos necessários para manter a infraestrutura de ensino da instituição, principalmente para o enfrentamento da pandemia, pois as aulas à distância necessitam de tecnologia, bem como o retorno seguro às aulas.

Registra nota obtida pelo Instituto Federal de Santa Catarina entre os institutos federais, como a melhor Escola Técnica Federal do país, conforme o Índice Geral de Cursos - IGC, do MEC e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), referente ao ano de 2019, por considerar o melhor nível em cursos de

graduação e de pós-graduação. Por isso, diz que a notícia do corte de investimento em Educação foi recebida com muita tristeza e, ao fazer o desabafo como presidente da Comissão de Educação da Alesc, enaltece o trabalho dos técnicos, da direção, dos professores e dos estudantes, parabenizando o Instituto Federal de Santa Catarina, e menciona que segue em defesa da educação com qualidade. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Faz comentários a respeito do projeto de lei de sua autoria, que objetiva a criação de uma política estadual para incentivar o cicloturismo, o que considera um avanço no turismo de Santa Catarina. Saliencia que ficou constatado, durante a pandemia, que a bike/bicicleta teve um papel fundamental como meio de transporte por ser um meio de locomoção individual, além de promover a prática de atividade física. Comenta sobre as rotas turísticas catarinenses que o ciclismo favorece, devido às belas paisagens e lembra de alguns trechos, como a SC-435, que vai de Santo Amaro da Imperatriz a São Bonifácio, em direção a São Martinho e Rio Fortuna, ou ainda, subindo os desafios da Serra do Rio do Rastro, que atrai cada vez mais ciclistas anualmente, inclusive estrangeiros. Diz que é um turismo saudável, que incrementa a economia local, bem como percebe que o Estado tem potencial para o cicloturismo por gerar renda e emprego para muitos municípios. Menciona que na Europa esse tipo de turismo já é realidade e que possuem ciclovias para pequenas ou grandes distâncias, bem como infraestrutura colocada à disposição dos praticantes de ciclismo.

Relata que, ao propor seu projeto, lembrou das pessoas que percorrem a Serra do Rio de Rastro, porque muitas vezes não dispõem de estrutura para enfrentar percursos difíceis na estrada durante a prática do ciclismo. Espera o engajamento de todos que gostam do cicloturismo, bem como o apoio dos colegas Deputados, pois acredita ser uma atividade do presente e futuro, e sugere políticas de incentivos fiscais para aquisição de bicicletas e acessórios, pois entende que quem pedala de verdade gosta de incrementar seu equipamento e, mais uma vez, entende que é uma alavanca propulsora para a indústria e a economia do comércio local.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo pronunciamento, e concorda que será um meio de transporte a ser muito usado, como é na Europa, mas lembra a questão da segurança, que é primordial para o ciclista. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) – Suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Informa os senhores líderes que há um projeto de lei extrapauta, e consulta se todos concordam para colocá-lo em discussão e votação na presente sessão. É o projeto de lei n. 0098/2021, de origem governamental.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0098/2021, de origem governamental, que institui o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Santa Catarina (CACs-FUNDEB/SC) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 00237/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 6º da Lei nº 18.094, de 2021, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0231/2020, de autoria da comissão Parlamentar de Inquérito, que cria a figura do "manual de manutenção" com entrega concomitante à inauguração da obra pública e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0233/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que estabelece medidas que garantam a saúde e preservação da vida de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública, em casos de epidemia, pandemia ou surtos provocados por doenças infectocontagiosas, em especial a pandemia da Covid-19, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0291/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que institui o Selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Conta com parecer contrário da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0503/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre o dever de retirada, pelo proprietário, dos bens móveis por ele entregues aos prestadores de serviços de assistência técnica.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado João Amin.

Pedido de Informação n. 0287/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do número de professores que tinham contrato com a referida secretaria, em dezembro de 2020 e continuam com contratos no presente momento devido a prorrogação de contrato realizada com base na Lei Estadual nº 18.043, de 22 de dezembro de 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0288/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação das redes públicas de ensino do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0289/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca das obras e melhorias que foram ou serão realizadas na Escola de Educação Básica Professor José Arantes, no Município de Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0290/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca do motivo pelo qual não está sendo feito concursos públicos no Estado para a contratação de Engenheiros da Pesca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0291/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca da desativação do Posto da Polícia Militar, que fica localizado no bairro Ingleses em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0292/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da obra do Ginásio na Escola de Educação Básica Prefeito Silvio Santos, município de Ouro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0293/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da Escola de Educação Básica Vitorio Roman, localizada no município de Vargem Bonita.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0294/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do número de médicos efetivos atuando no Estado de Santa Catarina nos últimos dez anos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0295/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta, solicitando à Secretária de Estado da Saúde, informações acerca das medidas que estão sendo tomadas para conter o avanço do vírus da dengue.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0272/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando os Policiais Militares Soldado Pellizari e Soldado Aguiar, pelo salvamento de um bebê que estava com as vias aéreas obstruídas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0273/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, pela viabilização para a mudança do local da polícia rodoviária federal do Município de Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0274/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentando o Dr. Théo Fernando Bub, pela conquista da premiação de uma das personalidades da saúde mais influentes no país.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0275/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, manifestando ao Presidente da Câmara dos Deputados, apoio a aprovação do Projeto de Lei nº 823/2021 que tramita na Câmara dos Deputados.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Neodi Saretta.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0276/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, dirigida ao Presidente do Conselho Diretor da ANATEL, solicitando que não meça esforços em cobrar das operadoras de telefonia móvel a instalação de uma antena, no Bairro Itanema, Município Lauro Müller.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0277/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, manifestando aos familiares do Senhor Rogério Pereira Pirata, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0278/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, apelando ao Presidente do Conselho Diretor da Anatel, pela instalação de uma antena transmissora de telefonia móvel, da empresa TIM S.A., nas localidades de Alto Gasparinho e Gaspar Alto, município de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0612/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da obrigatoriedade ou não de os servidores públicos estaduais tomarem a vacina contra a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0613/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, informações acerca do número de professores que tinham contrato com a referida Fundação, em dezembro de 2020 e continuam com contratos no presente momento devido a prorrogação de contrato realizado com base na Lei Estadual nº 18.043, de 22 de dezembro de 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0615/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando à Diretora-Presidente da EPAGRI, informações acerca do motivo qual não está sendo feito concursos públicos no Estado para a contratação de Engenheiros da Pesca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0616/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Presidente da CIDASC, informações acerca do motivo pelo qual não está sendo feito concursos públicos no Estado para a contratação de Engenheiros da Pesca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0617/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, informações acerca do motivo pelo qual não está sendo feito concursos públicos no Estado para a contratação de Engenheiros da Pesca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0618/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, informações acerca das obras de implantação da infraestrutura de acesso ao Parque das Esculturas e a construção do Parque do Observatório e do Planetário no Município de Brusque.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0619/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Prefeito do Município de São José, informações acerca de ações que estão sendo tomadas para atender e encaminhar a população em situação de rua para centros especializados, levando em conta o abaixo assinado virtual denominado "São José Segurança".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0621/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa Claro, a instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Itanema, Município de Lauro Muller.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0622/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa Tim, a instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Itanema, Município de Lauro Muller.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0623/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa Vivo, a instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Itanema, Município de Lauro Muller.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0624/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Diretor Geral do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, informações acerca do agendamento de carteira de identidade pelo *site* em algumas unidades do IGP do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0634/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, solicitando ao Presidente da Empresa TIM, a instalação de uma antena transmissora de telefonia móvel nas localidades de Alto Gasparinho e Gaspar Alto, no Município de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0606/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0607/2021, 0608/2021, 0609/2021 e 0614/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0610/2021 e 0611/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0620/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0625/2021, 0626/2021, 0627/2021, 0628/2021, 0632/2021 e 0633/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0629/2021, 0630/2021 e 0631/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; e 0635/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper; e 0642/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0873/2021, 0876/2021 e 0887/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0874/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus; 0875/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes; 0877/2021, 0878/2021, 0879/2021, 0893/2021, 0894/2021, 0895/2021, 0896/2021, 0897/2021, 0898/2021, 0899/2021, 0900/2021, 0901/2021, 0902/2021, 0903/2021 e 0904/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0880/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 0881/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza; 0882/2021, 0883/2021 e 0884/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0885/2021 e 0886/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0888/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0889/2021 e 0890/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0891/2021 e 0892/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta. *[Taquiografia: Cinthia]*

A Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, às 16h21, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 16h21, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto – Jean Kuhlmann - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0098/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sara]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) – Diz que, como Presidente da Comissão de Pesca, o seu maior sonho é abrir a boca da barra de Laguna. Lembra que é um projeto grandioso e que tem suas dificuldades, mas, ainda não desistiu do mesmo, pois ele pode redimir a cidade economicamente.

Comenta do seu orgulho em ser lagunense e expressa sua tristeza em ver o município parado no tempo, tal como o porto da cidade. Fala dos desafios da indústria pesqueira e suas vitórias, explica a real necessidade de se abrir o Canal da Barra de Laguna, e reforça que sem isto o terminal se torna inviável para a região, devido aos riscos às embarcações. Registra a visita do Secretário Nacional de Pesca à Laguna, quando pode perceber as necessidades do Porto de Laguna e os benefícios para a pesca catarinense.

Reforça que está muito comprometido com a pesca na região e apresenta um vídeo em Plenário da visita da Governadora Daniela e alguns Deputados. Mostra-se otimista após a visita da Governadora e coloca-se à disposição para, junto aos cidadãos de Laguna, abrir o Canal da Barra do Camacho e fomentar a economia no local. *[Taquígrafa: Guilherme]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Registra a sua visita ao município de Alfredo Wagner, onde pode visitar o hospital da cidade, destinando recursos para energia solar. Descreve como é feito o processo de instalação das placas solares e o apoio da comunidade, realizando a pintura do hospital, mas após alguns dias o Conselho Regional de Medicina interditou o hospital.

Lamenta a decisão do Conselho de Medicina, pois, em um momento que a população mais precisa, deixam a desejar, fechando o hospital. Fala dos desafios em se manter médicos plantonistas em cidades do interior, e mostra-se chateado com tal decisão. Cita o equipamento de tomografia que estragou, no hospital de Lages, e o seu conserto chega a R\$ 400.000,00. Lembra que solicitou o apoio a Secretária da Saúde, Carmen Zanotto, para que de alguma forma elabore-se um convênio, atendendo assim os pacientes que necessitam de tomografia.

Reforça que o momento é de vacinação em massa e de preocupação com a economia. Faz críticas à Secretaria da Educação, questionando onde estão os engenheiros da mesma. *[Taquígrafa: Guilherme]*

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) – Informa que o Poder Legislativo Catarinense buscou soluções para o carvão mineral do sul de Santa Catarina, setor que emprega mais de 20 mil trabalhadores e representa mais de R\$ 5 bilhões para a economia catarinense, e encontra-se ameaçado. Expõe que a decisão de fechar o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, até o ano de 2025, trará impacto negativo de ordem social e econômica para toda a região.

Relembra que, a década de 70 foi a década do ouro negro, como era chamada a Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Acrescenta que Criciúma e região tiveram protagonismo por meio do desenvolvimento social e econômico, fruto das minas de carvão. Comenta também, que essa não é a primeira crise enfrentada pelo setor, mas que a conjuntura mundial torna essa crise ainda mais grave.

Registra que o carvão representa mais de 6% da produção econômica do sul do Estado, e que a Jorge Lacerda responde por 97% da compra do carvão no sul catarinense. Cita os percentuais do PIB que o carvão representa em diferentes regiões, ressaltando que o fechamento do complexo irá causar um impacto em mais da metade da produção

econômica dos locais citados, lembrando que todo impacto econômico acompanha também um impacto social, o que é sua grande preocupação.

Lembra que a recente reunião da cúpula de líderes políticos e empresariais mundiais discutiu uma pauta muito semelhante a que está sendo discutida no momento: como aliviar o crescimento econômico, desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente, e que o mundo caminha para se distanciar da exploração do carvão. Ressalta a realidade de alguns países que estão deixando de lado a exploração carbonífera, constatando que a mudança está acontecendo muito rapidamente.

Fala também que, nessa mesma cúpula do clima, o Brasil comentou sobre a neutralização da emissão de gases até 2050. Manifesta aprovação a essa medida, e diz que esse é o cenário que temos atualmente, mas é preciso uma transição que não desampare esse importante pilar econômico da região, e que é nessa transição que estão trabalhando. Lista alguns produtos produzidos a partir do carvão, destacando estudos de novos subprodutos que surgem a partir do carvão, como produtos de limpeza e cosméticos. Relata projetos de alta tecnologia para captação do carbono emitido pelo carvão, como também projetos que utilizam a cinza do carvão como material para impressora 3D, o que representa um caminho promissor para o uso dessa matéria prima.

Vê uma grande oportunidade através da produção de energia sustentável, informando que existe um grande mercado se abrindo, sendo fundamental o desenvolvimento de pesquisas, pois o sul de Santa Catarina tem muito a oferecer, tendo vocação para ser um dos grandes polos de energia sustentável. Acredita que o futuro é promissor, mas existe um grande caminho pela frente, e as soluções serão necessárias urgentemente para antigos problemas, inclusive o desafio atual.

Conta que, na audiência realizada na Comissão de Economia, Minas e Energia na Assembleia, recebeu informações importantes sobre o Ministério de Minas e Energia, informando que o grupo de trabalho que está na fase de diagnóstico, deve concluir o planejamento até a primeira quinzena de junho, tendo expectativas de que esse trabalho ajude a encontrar um rumo para esse setor, e mostra convicção de que o Ministério de Minas e Energia não trará todas as respostas, mas indicará um bom caminho. Coloca-se à disposição para ir a Brasília, conversar com o Ministro da Economia e da Casa Civil para alinhar todas as questões legislativas e tributárias.

Diz que os Deputados têm um papel fundamental nessa questão, sendo necessário rever toda a legislação vigente sobre carvão mineral, discutindo com a sociedade, trabalhadores e empresas, e ouvindo também os órgãos ambientais e de controle de fiscalização, além de discutir os avanços necessários para que esse segmento econômico se mantenha firme e forte. Reforça a necessidade da adequação da legislação quanto à exploração do carvão, e que a produção de energia de carvão precisa ser sustentável.

Explica que está em construção um projeto de lei de origem do Poder Executivo, para o setor do carvão, sendo necessário analisar e propor eventuais melhorias. Além da revisão das leis, a Deputada comenta o desafio de preparar uma legislação que incentive a indústria de novas fontes de energia, seja eólica, solar, biomassa, etc. Inclui também a criação de uma legislação que permita a criação de novos subprodutos da exploração do carvão. Finaliza, dizendo que é preciso firmar novos marcos da mineração e da inovação energética, e que esse será um grande trabalho parlamentar. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Complementa a fala da Deputada Ada, informando que já existe uma proposta de projeto de lei, atualmente na Casa Civil, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, para dar encaminhamento a adequação da política pública do carvão mineral no Estado de Santa Catarina.

Comenta diversos impactos da pandemia nas relações de consumo em variados setores. Destaca também o superendividamento dos consumidores, ressaltando a importância de trazer os dados relativos à Defesa do Consumidor catarinense, que mais do que nunca, precisa da proteção do Estado, para garantir que os conflitos de consumo possam ser minimizados. Informa que em Santa Catarina, estão instituídos 98 Procons municipais, para 295 municípios, número que aponta um desafio notório para a política de defesa do consumidor do Estado, que carece da execução, proteção e promoção da defesa de seus consumidores. Tece comentários a respeito da importância do Procon para o Estado.

Ressalta que a defesa do consumidor, como instrumento de cidadania, deve ser um aparato institucional, capaz de garantir a efetividade dos direitos dos consumidores. Comenta que embora o Procon-SC parta da premissa de que todos os consumidores estejam abarcados pelos seus serviços, entende a dificuldade de contemplar consumidores, que distantes da região metropolitana de Florianópolis, também enfrentam conflitos de consumo, agravados durante a pandemia. Questiona quais as formas de garantir aos catarinenses, que não possuem esses órgãos em suas cidades, a possibilidade de acesso à defesa de seus direitos de forma mais eficiente. Responde que a alternativa existe e pode ser executada através da plataforma consumidor.gov.br, que se trata de um serviço público, permitindo a interlocução direta entre os consumidores e empresas para solucionar conflitos e consumo. Cita números, características e vantagens da plataforma.

Antes de encerrar, o Deputado sugere que a Casa Legislativa, através da Senacon, busque fazer um termo de cooperação técnica, inserindo dentro da plataforma da Assembleia Legislativa um *link* de acesso para solucionar seus problemas de consumo, acreditando que será um avanço significativo, especialmente aos cidadãos que residem em municípios que não tem Procon, para que seja possível continuar defendendo os interesses do consumidor. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO MAURO DA NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Naatz, os Deputados Membros da Comissão: Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Paulinha, Deputada Marlene Fengler e Deputada Dirce Heiderscheidt. O Senhor Presidente abriu a reunião desejando um ótimo ano de trabalho para a Comissão. Em atenção ao expediente, informou o recebimento do Ofício GABS nº 1191/2020, do dia 10/12/2020, encaminhado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, Sr. Celso Lopes de Albuquerque Junior, que solicita a possibilidade da Secretaria, através da sua Diretoria de Recursos Hídricos e Saneamento, fazer uma apresentação para a Comissão de Turismo e Meio Ambiente sobre as Atividades que vem sendo realizadas na área de gestão e planejamento de recursos hídricos em nosso Estado. Ato contínuo salientou que a correspondência é assinada pelo antigo Secretário de Estado, senhor Celso Lopes de Albuquerque Junior, e referendada pelo atual Secretário, senhor Luciano José Buligon; a solicitação, colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Dando início à ordem do dia, o senhor presidente apresentou requerimento de sua autoria, que requer a realização de Audiência Pública Virtual, no Município de Florianópolis, em data e horário a ser definido no âmbito desta Comissão, preferencialmente no primeiro semestre do ano corrente, com objetivo de ouvir órgãos competentes, bem como os Secretários de Estado e Órgãos Ambientais, sobre a criação de recifes artificiais no Estado de Santa Catarina, considerando tratar-se de termos de conservação marinha, gestão costeira, manejo pesqueiro, defesa contra a erosão, perda de habitats e incremento ao turismo catarinense, os quais merecem atenção do Legislativo para sua implementação. Em seguida, o senhor Presidente acrescentou que este requerimento se dá por conta de um Projeto de Lei já apresentado nesta Casa Legislativa, que cria políticas públicas de incentivo a recifes artificiais no Estado de Santa Catarina. Ato contínuo ressaltou que os recifes artificiais representam uma grande oportunidade de turismo ao

nosso Estado e informou que já foram identificados cinco pontos específicos para a instalação, sendo que outros pontos podem ser apresentados com o decorrer dos debates. Ainda, salientou que o mergulho é uma atividade que traz um potencial turístico muito grande, atrai pessoas de muito poder aquisitivo e colocaria municípios do litoral catarinense na vitrine do mercado nacional. Por fim, chamou a atenção para o custo de implementação dos recifes, um valor aproximado de três milhões e meio de reais para os cinco pontos já identificados, e ressaltou que esta Audiência Pública vem para oportunizar o debate com a sociedade, agências de mergulho, trade turístico catarinense e orientar as ações da Comissão para agilizar esse procedimento. Na sequência, colocou o requerimento em discussão. Com a palavra a Deputada Paulinha enalteceu a iniciativa do senhor Presidente e reforçou que o litoral catarinense é rico e com intensas oportunidades nas áreas do mergulho, turismo contemplativo de mar e que se for construído um programa efetivo e sólido de instalação de recifes artificiais, seguramente irá engrandecer o turismo catarinense. Com a palavra a Deputada Marlene Fengler demonstrou a sua satisfação em fazer parte da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e destacou que acredita ser de extrema relevância que a Comissão conheça o tema, entenda qual a dimensão da atividade e quais os potenciais dela, debatendo tanto na Comissão quanto com a sociedade. Em seguida, o Deputado Valdir Cobalchini destacou que Santa Catarina é um polo náutico muito importante, com um potencial muito grande ainda a ser explorado, e que a Audiência Pública é uma excelente oportunidade, parabenizando o Deputado Ivan Naatz pela iniciativa. Com a palavra o Senhor Presidente informou que as iniciativas da Comissão de Turismo e Meio Ambiente chegam dos setores produtivos catarinenses. Na sequência, a Deputada Dirce Heiderscheidt salientou que temos um rico Estado e que precisamos divulgar e fortalecer este um eixo muito importante para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Com a palavra o senhor Presidente colocou o requerimento de sua autoria em votação, sendo aprovado por unanimidade. Por fim, o senhor Presidente informou o recebimento do ofício nº 002/21/CET/SANTUR, do dia 19/01/2021, encaminhado pelo Presidente do Conselho Estadual do Turismo do Estado de Santa Catarina, Sr. Nilton Pacheco, que solicita a esta Comissão de Turismo e Meio Ambiente uma reunião com seus membros para que possam apresentar as demandas do turismo frente à pandemia da COVID-19, tendo em vista que o setor é um dos mais afetados economicamente; a solicitação, colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Roberto Curcio, Assessor Técnico da Comissão, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 03 de março de 2021.

Deputado Ivan Naatz

Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente

— * * * —

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob Presidência do senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso, os Deputados Membros da Comissão: Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputado Fernando Krelling, Deputado Marcius Machado, Deputada Luciane Carminatti, e Deputado José Milton Scheffer e Deputada Marlene Fengler. Também foi registrada a presença dos seguintes convidados: senhora Elizete da Costa Viera, Presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Catarinense de Educação Especial; senhora Carin Deichmann, Coordenadora Técnica do Comitê Estratégico de Retorno às Aulas e do PlanCon Edu; senhor Rubens Feijó, Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial; senhora Jeane Rauh Probst Leite, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- CONEDE e Diretora de Ensino da Fundação Catarinense de Educação Especial. O senhor Presidente abriu a reunião desejando uma boa tarde e submeteu à votação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Seguindo a ordem do dia, passou a palavra para a Deputada Marlene Fengler, que relatou o PL./0291.4/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão que "Institui o Selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências"; exarou parecer pela rejeição, que, em discussão, o senhor Presidente lembrou que foram inúmeras as ações desenvolvidas por esta Comissão com a temática Acessibilidade em parceria com Ministério Público de Santa Catarina e o Ministério do Trabalho. Ainda, ressaltou que todas as ações tiveram como objetivo prosperar a Legislação da Acessibilidade. Ato contínuo elogiou o relatório da Deputada Marlene Fengler e colocou em votação o parecer pela rejeição do PL./0291.4/2019, que foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à pauta, o senhor Presidente abriu a discussão sobre a prioridade dos profissionais que atuam na educação especial do Estado de Santa Catarina no grupo de imunização contra a COVID19, convidando para manifestação a senhora Elizete da Costa Viera, que cumprimentou a todos, elogiou o trabalho desenvolvido na Comissão pelo Deputado Dr. Vicente Caropreso e, em seguida, ressaltou que os profissionais da educação especial querem trabalhar, mas querem proteção. Afirmou que a solicitação está fundamenta em leis, bem como no Decreto nº 1.013/2020, que no Art 2º estabelece: "... Cada rede de ensino, pública e privada, definirá a estratégia de retorno e a forma de atendimento presencial, considerando todas as medidas sanitárias em vigor e o distanciamento social de, no mínimo 1,5 m (um metro e meio)". Porém, destacou os alunos com deficiência intelectual têm dificuldade de entender este distanciamento. Em seguida, informou sobre o decreto Nº 1.218/2021, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e que enfatiza o disposto na Lei Federal nº 14.019/2020, que as pessoas com deficiência estarão dispensadas do uso da máscara. Assim, reforçou que é necessário considerar que muitos alunos precisam do acompanhamento do professor com contato direto e inevitável, em função das características da atividade realizada para o atendimento dos diferentes tipos de deficiência, desde os mais leves aos mais graves. Portanto, é uma realidade que esses educandos, além de estarem expostos, também possuem uma capacidade de contaminar os professores e familiares. Na sequência, ressaltou que, segundo estudos da Universidade do Estado de São Paulo, o Coronavírus reside por até três horas na forma de aerossol, isto é, se uma pessoa infectada espirra em uma sala o vírus fica espalhado pelo ar e pode infectar outra pessoa por este período. A investigação também apontou que o vírus pode se manter ativo durante três dias sobre estruturas, objeto de plástico e aço inoxidável. Dessa forma, se os nossos alunos não tem obrigação de usar máscara, eles podem estar contaminando os profissionais que atuam com eles. Em seguida, reforçou que os profissionais não estão se negando a trabalhar, mas eles querem proteção, querem estar imunizados e cuidar da vida. Por fim, destacou que, com base no tripé educação, saúde e assistência, alguns Estados da Federação já estão imunizando as pessoas com deficiência e os profissionais que atuam com esta clientela, assim, a Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial – ASFCEE apela a esta Casa Legislativa e em especial aos Membros do Colegiado da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para que interceda junto aos Secretários de Estado da Educação e da Saúde para que seja dada prioridade aos profissionais que atuam na educação especial do Estado de Santa Catarina. Em função de compromissos, foi antecipada a fala da Deputada Luciane Carminatti, que ressaltou seu apoio à reivindicação e que está muito envolvida na luta pela vacinação de quem ela tem chamado de "trabalhador da educação" como um todo. Ato contínuo informou que os professores já estão incluídos no Plano Nacional e no Plano Estadual de Imunização, porém, estão no final da fila. Em seguida, destacou que na medida em que Santa Catarina aprova uma lei que torna a Educação como serviço essencial, também é essencial a vida desses trabalhadores, partindo do princípio que eles já estão inclusos como grupos de risco. Em seguida, pontuou que gostaria que o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, que é parte

interessada, deveriam ter incluído todos os trabalhadores em educação, vez que é importante compreender o conceito de educação não só para quem está em sala de aula, mas que o trabalhador da limpeza educa, o trabalhador do transporte faz parte da equipe, o trabalhador da limpeza, da alimentação, os profissionais como um todo. Por isso é necessário alargar um pouco esse conceito, para que a gente não entenda que a escola funciona somente com professores. Reforçou a sua defesa dos trabalhadores ou profissionais da educação, essas duas categorias, com um grupo que defende mais o conceito profissional da educação e outro, trabalhadores de educação. Ainda, afirmou ser importante destacar o que já foi feito em relação a isso, sendo importante prestar contas: Protocolamos no final de janeiro, momento em que não havia escolas abertas, o Projeto de Lei nº 002.3/2021, que diz que para funcionar espaço educativo, é necessário vacinar os trabalhadores em educação, como forma de se garantir a sua segurança. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e vai tramitar na Comissão de Finanças e Tributação, e, como matéria relacionada à Covid-19, ele vai direto para o Plenário. Ato contínuo salientou que o quando se coloca os profissionais da educação, são todos, incluindo a Educação Especial. Além disso, ressaltou que foi realizada uma mobilização Nacional sobre o tema e informou que coordena um Fórum Nacional, que conseguiu a façanha de ter um documento assinado por vinte e cinco Assembleias Legislativas, que estabelece como prioridade a vacinação dos trabalhadores em educação. Este documento foi entregue ao Presidente do Senado, à Comissão Mista de Orçamento e aguarda reunião como Ministério da Educação. Além disso, houve o apoio declarado do Senador Dário Berger, da Deputada Federal Ângela Amin, do Deputado Federal Pedro Uczai e do Deputado Estadual Ismael dos Santos. Na sequência, destacou que tem se colocado no sentido de pressionar para que haja mais vacinas, tendo em vista que a intenção não é substituir e sim incluir grupos na vacinação, vez que não é justo tirar os profissionais da saúde para colocar outro grupo, o intuito não é gerar disputa. Ainda, disse que na semana passada conversou com o Secretário de Estado da Educação, Luiz Fernando Vampiro, que disse que a Secretaria da Educação está tratando do tema no âmbito interno, deixando este assunto para a senhora Carin Deichmann, que tem toda a legitimidade para trazê-lo. Por fim, destacou o empenho por tudo que tem sido feito e alertou que um estudo da professora Ethel Maciel, da Universidade Federal do Espírito Santo, realizado com estudantes brasileiros em relação ao retorno presencial das aulas, traz dados técnicos preocupantes. Com a palavra o senhor Presidente da Comissão elogiou a fala da Deputada Luciane Carminatti e solicitou explicação da ementa do Projeto que foi aprovada na CCJ e que é de sua autoria. Em resposta, a Deputada Luciane Carminatti explicitou que o Projeto de Lei nº 002.3/2021 “inclui os trabalhadores como grupo prioritário no Plano Estadual de Vacinação contra COVID-19 antes do início das aulas em todo estado de Santa Catarina.” Ato contínuo complementou que obviamente as aulas já começaram, mas que o Projeto de Lei tem como fundamento que, para ter aula segura com todos e todas, é necessário haver vacinação. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra para a senhora Carin Deichmann, Coordenadora Técnica do Comitê Estratégico de Retorno às Aulas e do PlnCon Edu, que ressaltou que movimentos como o apresentado pela Deputada Luciane Carminatti, a ONDIME e o próprio Governo do Estado intercederam junto ao Governo Federal para que o grupo da Educação fosse antecipado na vacinação, já que eles estavam contemplados nos grupos prioritários, mas mais a frente. Em seguida, afirmou que todo esse movimento repercutiu positivamente foi possível conseguir que fosse adiantado o grupo da educação. Infelizmente, hoje não é possível dar uma data, pois não há uma data prevista, vez que, como todos devem acompanhar, as doses estão chegando aos poucos e os grupos que estão sendo vacinados são os idosos e os profissionais de saúde. Ato contínuo informou que, provavelmente, logo em seguida serão vacinados os grupos com comorbidades e os profissionais de educação. Ainda, disse que como boas notícias, traz a informação de que não serão somente os professores, serão todos os profissionais da educação, ou seja, todas as pessoas que atuam nas Unidades de Ensino, nas Secretarias de Município, todos que estão à frente da educação no Estado de Santa Catarina. No entanto, como as vacinas não estão chegando tão rapidamente como desejado, não será possível vacinar todos os profissionais da educação no mesmo momento, mas a estimativa é de cento e quatorze

mil profissionais a serem vacinados, com duzentas e cinquenta mil doses de vacina. Em seguida, salientou que estão organizando um planejamento dos grupos mais vulneráveis, reforçando que todos serão vacinados, mas se entende que há, dentro da educação, grupos mais vulneráveis, como: aqueles onde há quebras de barreiras sanitárias, como a educação infantil, onde as crianças de zero a dois anos e onze meses não utilizam a máscara e não há como manter o distanciamento social, com duas quebras de barreiras importantíssimas; logo em seguida vem a educação especial, que também está no primeiro grupo de vulnerabilidade. Dessa forma, a organização do plano está desta forma: Educação Infantil e Educação Especial, e os demais grupos conforme a exposição ao risco, reforçando que todos os profissionais da educação estão expostos ao risco, mas nestes grupos há uma quebra maior de barreira. Em seguida, colocou que o uso da máscara na Educação Especial, conforme a senhora Elizete Viera destacou, foi debatido no Comitê Estratégico para que seja seguida a legislação que preconiza a dispensa do uso das máscaras por aquelas crianças que, com atestado médico, comprovarem que não é possível a utilização, mas que seja trabalhado com todas as Entidades que trabalham com a Educação Especial para que se construam orientações e reforcem com as famílias o quanto é importante o uso das máscaras. Ato contínuo enfatizou que não se deixará de cumprir a legislação, mas que é importante esse trabalho de conscientização com as famílias, para que somente naqueles casos isolados, que por indicação médica seja colocado “não possível uso de máscara”. Ainda, reforçou que este grupo de trabalhadores está muito próximo aos estudantes, vez que existe a troca de fraldas, troca de gotículas, de saliva e secreção nasal, por isso, haverá no dia de amanhã, a primeira reunião com as entidades dos municípios, a FECAM, ONDIME e o SINEPE, ampliando a discussão com essas equipes. Por fim, informou que esta primeira reunião será para o início da construção de um cadastro de todos os profissionais da educação para chegar a cada profissional da educação atuando em Santa Catarina, seja no município, na rede estadual, na rede particular, na rede federal, seja na educação infantil, ensino fundamental, médio e ensino superior, todos serão contemplados. Encerrou a fala colocando o Comitê Estratégico de Retorno às Aulas e a Secretaria da Educação à disposição para informações e esclarecimentos e informando que, além do Comitê, também trabalham com o PlanCon Edu, na formação nos Comitês Municipais. Com a palavra o senhor Presidente da Comissão agradeceu a fala e pediu mais esclarecimentos sobre quando estarão disponíveis as vacinas para educação especial. Em resposta, a senhora Carin Deichmann informou que a equipe da Secretaria da Saúde vem trabalhando diretamente com o Ministério da Saúde e ressaltou que não tem data prevista, mas estão trabalhando para ser o próximo grupo a ser vacinado, logo em seguida dos idosos, concomitantemente com as pessoas com comorbidades, como esta acontecendo agora com os grupos de idosos e da saúde, mas isto dependerá do Ministério da Saúde. Em seguida, esclareceu que alguns estados estão vacinando profissionais da educação, como o Estado de São Paulo, mas estão tirando da segunda dose dos idosos, vez que ainda não foi encaminhada a vacinação para os professores, reforçando que o desejo seria que todos fossem vacinados ao mesmo tempo, mas a produção de vacina não é o suficiente para toda a população. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Rubens Feijó, Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, que ressaltou que a solicitação da Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial procede, pois mesmo com todas as normas sanitárias e com todos os equipamentos de proteção individual repassados aos professores e demais funcionários, como máscaras, aventais, jalecos, protetores faciais, termômetros, controle de acesso, distanciamento, sinalização com placas e cartazes, limpeza e desinfecção dos ambientes, mesmo assim, os profissionais da educação devem ter prioridade na vacinação contra o Coronavírus. Ato contínuo informou que estão adquirindo novas máscaras, mais seguras, do modelo N95, tendo em vista que muitos alunos não estão usando as máscaras. Na sequência, destacou que muitos educandos que são do grupo de risco não estão vindo, mas algumas famílias preferem o atendimento presencial. Diante disso, respaldou o pedido dos funcionários e disse acreditar que o CONEDE também é favorável em colocar os profissionais da Educação como prioritários no grupo da vacinação. Dando prosseguimento, o senhor Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência passou

a palavra para a senhora Jeane Rauh Probst Leite, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONEDE e Diretora de Ensino da Fundação Catarinense de Educação Especial que cumprimentos a todos e destacou que o Conselho apoia a solicitação da Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial sobre a necessidade de vacinar os profissionais da educação especial, porque as pessoas com deficiência tem o direito ao atendimento. Ato contínuo salientou que o agravamento percebido neste um ano longe do atendimento presencial é incalculável e reforçou a defesa da necessidade de que o profissional esteja seguro para desenvolver o seu trabalho. Ainda, colocou que a Educação Especial trabalha com uma particularidade, assim como a Educação Infantil, precisando do “toque”, não existindo maneira mais tranquila de ter a segurança deste profissional e das pessoas com deficiência. Ainda, afirmou que deixará a questão da vacinação das pessoas com deficiência para outra reunião já agendada, mas informou que sessenta por cento dos usuários são do grupo de risco e estão sem atendimento presencial porque a lei assim o define, então cabe lutar para que todos tenham direito à vacinação, e, garantindo os direitos dos professores, será garantido o atendimento das pessoas com deficiência. Encerradas as exposições dos convidados sobre o tema, o senhor Presidente colocou o mesmo em discussão. Com a palavra o Deputado José Milton Scheffer ressaltou a importância da reunião, de buscar a vacinação dos profissionais e concomitantemente a vacinação das pessoas com deficiência, afirmando não existir mais argumentos do que as narrativas apresentadas neste espaço. Ainda, ressaltou a importância da vacinação para as pessoas com deficiência, pois neste último final de semana faleceram duas pessoas com Síndrome de Down, sendo uma jovem de Gaspar, indicando que as pessoas com Síndrome de Down têm todos os pré-requisitos de vulnerabilidade. Por isso, enfatizou que está na hora de levantar a bandeira, de usar a Comissão, a Fundação Catarinense de Educação Especial, as Associações, reforçando que os profissionais que atuam nestas áreas devem ter prioridade, por isso declarou apoio à solicitação que já colocada anteriormente, vez que é uma bandeira que é justa e necessária. Em seguida, o Deputado Fernando Krelling apoiou a reivindicação da Associação, pois é necessário proteger os profissionais e apoiou todos os encaminhamentos. Com a palavra o Presidente da Comissão ressaltou que os depoimentos foram de uma abrangência Nacional e ampla pela Deputada Luciane Carminatti, e de uma abrangência Estadual pela senhora Carin Deichmann. Ato contínuo parabenizou a todos pelo debate e ressaltou que todos querem ser vacinados e ser prioritários, mas não existe vacina disponível para todos ao mesmo tempo. Destacou que foi colocado com muita responsabilidade e paciência que existem leis que desobrigam o uso da máscara, mas que ele mesmo ouviu depoimento da ASCA, informando que oitenta por cento dos educandos de algumas AMAs continuam usando máscara, sendo algo que deve ser incentivado para a segurança de educandos, professores e demais trabalhadores da educação. Comentou, então, que o conceito de educação especial se insere no que o Deputado José Milton Scheffer afirmou: justamente a vulnerabilidade, a dificuldade de compreensão e a exposição demasiada que tem essa interação, não sendo possível imaginar um professor de educação especial não tocar num aluno, não chegar perto, vez que o contato direto é importante e imprescindível para que haja educação especial, reiterando que a pessoa com deficiência também deve entrar como prioridade. Na sequência, reafirmou a colocação da Deputada Luciane Carminatti, “ninguém quer passar na frente de ninguém”, mas como existe evidência científica muito bem estruturada, de que alguns devem ser prioridade dentro das prioridades e, como explicado pela senhora Carin Deichmann, há dificuldade em se estratificar e colocar nos devidos lugares quem estaria a frente dos outros que são menos vulneráveis. Neste sentido, a Comissão enviará Indicação que sugere à Governadora do Estado de Santa Catarina, e, por meio desta, a Secretária de Estado da Saúde, a inclusão dos profissionais que atuam na Educação Especial do Estado de Santa Catarina no grupo prioritário para imunização contra a COVID-19 com o intuito de resguardar a saúde e a vida desta população e minimizar os impactos da pandemia no cenário social catarinense. Para finalizar, destacou que o entendimento é de que todos os profissionais sejam atingidos e que, em seguida, seja vista a pessoa com deficiência. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores e senhoras

Deputados(as) e demais presentes, convocou uma nova reunião da Comissão para o dia vinte e sete de abril, às dezessete horas, para tratar da prioridade da vacinação da Pessoa com Deficiência e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Janice Krasniak, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2021.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

— * * * —

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência da Senhora Deputada Ada de Luca, os Senhores Deputados Membros da Comissão: Deputado Jessé Lopes, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Nazareno Martins e Deputado Jean Kuhlmann. Foram abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos referente à 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente deu início à reunião, colocando em discussão a ata da 2ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou em discussão o requerimento apresentado pela Deputada Luciane Carminatti, que solicita a realização de Audiência Pública para debater sobre a “política de assistência social no Estado de Santa Catarina”, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a Senhora Presidente colocou em discussão o requerimento apresentado pela Deputada Luciane Carminatti, que solicita a realização de Audiência Pública para tratar do Projeto de Lei nº 418/2019, que “institui e define diretrizes para a Política Pública ‘Menstruação Sem Tabu’ de Conscientização sobre a Menstruação e a Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos, e adota providências correlatas, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Bernadete Sant’Anna, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Ada de Luca

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

— * * * —

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte nove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, os membros da Comissão: Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fernando Krelling e Deputado Ismael dos Santos e Deputado Vicente Caropreso. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu os trabalhos da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Dando início à ordem do dia, a senhora Presidente passou a palavra à Deputada Ana Campagnolo, que devolveu vista ao PL./0079.2/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que institui o Programa Maria da Penha vai à Escola visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha, sendo que dentro deste projeto foi apensado o PL./0085.0/2019. A Deputada Ana Campagnolo apresentou voto vista pela aprovação, com Subemenda Aditiva à Emenda Substitutiva Global. Em justificativa, informou sobre inúmeros casos de denúncia caluniosa em casos de estupro, onde os acusados injustamente

tiveram suas vidas lesadas, e que os abusos nas falsas denúncias acabam prejudicando as verdadeiras vítimas. Assim, buscou acrescentar ao artigo 2º o inciso V, para tratar da denúncia caluniosa e suas consequências. Com a palavra o Deputado Valdir Cobalchini, relator da matéria, acatou a Emenda Aditiva à Emenda Substitutiva Global apresentada pela Deputada Ana Campagnolo, e seu parecer favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo a senhora Presidente passou à leitura extrapauta do requerimento de sua autoria, considerando a solicitação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina, que requer a realização de Audiência Pública para tratar do Projeto de Lei nº 0002.3/2021, que “inclui os(as) trabalhadores(as) como grupo prioritário do plano estadual de vacinação contra a COVID-19, antes do início das aulas presenciais em todo o território do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência reforçou a aprovação, na última reunião, do parecer favorável do Deputado Dr. Vicente Caropreso ao RQC/0016.6/2021, que requer a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Comissão de Finanças e Tributação, e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o objetivo de propor ao Poder Executivo Estadual alterações e melhorias no Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Estadual. Como representantes da Comissão de Educação, Cultura e Desporto na Comissão Mista foram indicados a Deputada Luciane Carminatti, Deputado Fernando Krelling e Deputado Dr. Vicente Caropreso. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia. Sala de Reunião das Comissões, 29 de março de 2021.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

— * * * —

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputada Paulinha, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Maurício Eskudlark e Deputado João Amin. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 7ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Deputado Moacir Sopelsa, solicitou se era possível antecipar a relatoria de suas matérias, o que foi concedido. Assim passou a relatar as seguintes matérias: **PL./0053.3/2021**, de autoria do **Deputado Bruno Souza**, que “Dispõe sobre o regime de prestação do Serviço Público de Loterias Estaduais”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, a Procuradoria Geral do Estado - PGE, e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0042.0/2021**, de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Proclama Santa Catarina de Alexandria como padroeira do Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por oportuno o Deputado José Milton Scheffer, solicitou antecipar a relatoria de seguinte matéria: **Devolução de vista ao PL./0312.3/2020**, de autoria do **Deputado Felipe Estevão**, que “Incorpora o componente religioso nas políticas públicas de abordagem, recepção, recolhimento, encaminhamento, tratamento, recuperação e ressocialização de dependentes químicos, e propõe a criação da Central Ecumênica ao Poder Executivo estadual”. Apresentou voto vista pela inadmissibilidade da matéria. Por ter procedência, foi posto em votação o parecer pela admissibilidade,

onde o relator Deputado Maurício Eskudlark, abdicou do seu relatório e acompanhou o voto vista contrário do Deputado José Milton Scheffer; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos membros, obedecendo à ordem de envio das matérias para a pauta, passando a palavra ao Deputado João Amin, relatou as seguintes matérias: **Devolução de vista ao PL./0496.4/2019**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Dispõe sobre as associações de Municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 30 da Constituição Estadual”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; **PL./0316.7/2020**, de autoria do **Deputado Jessé Lopes**, que “Dispõe sobre o reconhecimento das atividades dos setores de feiras e eventos como atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, permitindo o exercício das atividades mesmo em período de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia”. Exarou parecer pela aprovação da Emenda Aditiva, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0212.0/2019**, de autoria do **Deputado Jair Miotto**, que “Declara integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina, a Camerata Florianópolis”. Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado Coronel Mocellin que relatou as seguintes matérias: **PL./0101.5/2021**, de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Acrescenta art. 256-B à Lei nº 14.675, de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, para estabelecer a vedação da destinação final de resíduos sólidos ou rejeitos em rodovias, ruas, praças, parques e demais logradouros públicos do Território catarinense”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Segurança Pública, à Secretaria de Estado da Administração, ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, e a Federação Catarinense dos Municípios que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0094.1/2021**, de autoria do **Deputado Jessé Lopes**, que “Inclui os §§ 4º e 5º na redação da Lei nº 18.032, de 2020, assegurando o direito ao exercício integral e regular das atividades comerciais do ramo alimentício e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. Em seguida o Deputado Fabiano da Luz que relatou as seguintes matérias: **PL./0155.8/2020**, de autoria do **Deputado Paulo Roberto Eccel**, que “Altera a Lei nº 5.102, de 1975, que “Dispõe sobre o depósito e a venda de veículos removidos, retidos ou apreendidos pelo Departamento Estadual de Trânsito””. Apresentou parecer pela aprovação da Subemenda a Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em mesa ao Deputado Mauricio Eskudlark que devolveu sem manifestação e foi aprovado por unanimidade; **PL./0326.9/2020**, de autoria do **Deputado Fernando Krelling**, que “Altera o art. 5º da Lei nº 17.291, de 2017, que dispõe sobre a realização de eventos desportivos no Estado de Santa Catarina, para ampliar a todos os organizadores de eventos desportivos realizados em via aberta a circulação, a apresentação do Certificado de Registro da Entidade Desportiva, outorgado pelo Conselho Estadual de Esporte, na forma da Lei nº 9.808, de 1994”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por oportuno, havendo matéria extra pauta, o Deputado Fabiano da Luz, Apresentou requerimento de apensamento e tramitação conjunta do **PL./0076.0/2021**, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que “Institui o auxílio financeiro emergencial aos estabelecimentos optantes pelo Simples Nacional, Lei Complementar federal nº 123, de 2006, dos setores de bares, restaurantes e organizadores de eventos e aos trabalhadores desses setores para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)”, ao **PL./0089.4/2021**, de Autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Institui o Auxílio Emergencial ao Microempreendedor Individual – MEI, tipificado nos termos de Lei Complementar Federal nº128 de 2008”, aos autos do que, por se tratarem de matérias análogas, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por conseguinte, também havendo matéria extra pauta, foi passada a palavra ao Deputado João Amim que relatou a seguinte matéria: **PL./0098.5/2021**, de autoria do Governo do Estado, que “Institui o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Santa Catarina – CACS-FUNDEB/SC e estabelece outras providências”. Apresentou parecer pela admissibilidade da emenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini que relatou as seguintes matérias: **PL./0103.7/2021**, de autoria da **Deputada Marlene Fengler**, que “Dispõe sobre a inclusão dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como grupo de prioridade no Plano Estadual de Vacinação contra o vírus Sars-CoV-2 no Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Secretaria de Estado da Saúde – SES, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0106.0/2021**, de autoria do **Deputado Milton Hobus**, que “Isenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas e de importação do exterior, bem como as correspondentes prestações de serviços de transporte realizadas com oxigênio medicinal”. Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foi, então, concedido à palavra ao Deputado Mauricio Eskudlark que relatou as seguintes matérias: **PL./0307.6/2020**, de autoria do **Deputado Felipe Estevão**, que “Institui o Programa Geral de Saúde Mental das Polícias do Estado de Santa Catarina, a indenização em decorrência de suicídio de policial e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; **PL./0091.9/2021**, de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Dispõe sobre penalidade de multa aos agentes de saúde do Estado de Santa Catarina, que simulam a aplicação da vacina, ou qualquer ato, tentando fraudar, desviar, desfaltar ou burlar, em benefício próprio ou de outrem, o processo de imunização nacional”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; **PL./0295.8/2020**, de autoria do **Deputado Valdir Cobalchini**, que “Proíbe a instalação de novos aproveitamentos hidrelétricos no perímetro urbano do Município de Tangará”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; **PL./0315.6/2020**, de autoria do **Deputado Coronel Mocellin**, que “Altera a Lei nº 16.583, de 2015, que “Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias: **PL./0115.0/2021**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Regulamenta o prazo máximo de retorno a consulta médica nas unidades de saúde gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES)”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Secretaria de Estado de Saúde, à Federação das Santas Casas, aos Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina – FEHOESC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **OF./0030.3/2021**, de autoria de **Entidade Social**, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública Associação Desportiva Palmeiras, de Criciúma”. Exarou parecer pela continuidade da tramitação da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias pendentes de deliberação: **MSV/00430/2020**, de autoria do **Governador do Estado**, que “Veto total ao PL./0056/20, de autoria de Todos os Deputados, que prorroga o prazo de recolhimento dos débitos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aos contribuintes que especifica, em função dos impactos econômicos e sociais decorrentes da decretação, no âmbito do Estado de Santa Catarina, de calamidade pública causada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19)”. Posto em votação o parecer pela manutenção do veto, exarado pelo relator Deputado Mauricio Eskudlark, foi aprovado por unanimidade; **PEC./0007.5/2019**, de autoria do **Deputado Silvio Dreveck e outros**, que “Acrescenta o art. 183-A à Constituição do Estado de Santa Catarina, para incluir a necessidade de autorização prévia da Assembleia Legislativa para a eventual execução de programas e projetos, produção ou uso de substâncias químicas ou fontes energéticas não renováveis que constituam ameaça potencial aos ecossistemas naturais e à saúde humana”. Posto em votação o parecer favorável pelo prosseguimento da matéria, exarado pelo relator Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por unanimidade; **PL./0218.6/2020**, de autoria do **Deputado Volnei Weber**, que “Estabelece diretrizes sanitárias para empresas e estabelecimentos que realizam serviços de entrega

"delivery" no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.". Posto em votação o parecer pela admissibilidade, exarado pela relatora Deputada Paulinha, foi aprovado por unanimidade; **PL./0360.0/2019**, de autoria do **Deputado Ricardo Alba**, que "Altera a Lei nº 14.262, de 2007, que "Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais", para atualizar a nomenclatura do órgão, bem como possibilitar o pagamento parcelado da taxa que menciona". Posto em votação o parecer pela inadmissibilidade da matéria, exarado pelo relator Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por unanimidade; **PL./0498.6/2019**, de autoria do **Deputado Ricardo Alba**, que "Veda a adesão de estudante de ensino superior à paralisação de suas atividades em movimentos de greve estudantil". Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 27 de abril de 2021.

Deputado Milton Hobus

Presidente da Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

— * * * —

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da Senhora Deputada Luciane Carminatti, os membros da Comissão: Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Silvio Dreveck, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fernando Krelling, Deputado Ismael dos Santos e Deputado Dr. Vicente Caropreso. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu os trabalhos da 1ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Dando início à ordem do dia, a senhora Presidente passou à discussão e votação dos seguintes requerimentos: Requerimento, de autoria do Deputado Fernando Krelling, para a realização de audiência pública para tratar e discutir as Portarias do Poder Executivo Estadual que dispõem sobre condicionantes e vedações para o retorno das atividades esportivas de cunho recreativo no Estado de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 0020.5/2020, que institui, no Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural por meio da Qualificação da Oferta Educacional, e adota outras providências, que poderá ser realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura e Política Rural, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 0418.1/2019, que institui e define diretrizes para a Política Pública "Menstruação Sem Tabu" de Conscientização sobre a Menstruação e a Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos, e adota providências correlatas, que poderá ser realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 0133.2/2019, que dispõe sobre a contratação de profissionais da área de psicologia nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina, que poderá ser realizada em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. RQC/0016.6/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que requer a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Comissão de Finanças e Tributação, e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o objetivo de propor ao Poder Executivo Estadual alterações e melhorias no Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Estadual, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foram

referendados os seguintes Membros desta Comissão para compor a Comissão Mista: Deputada Luciane Carminatti, Deputado Fernando Krelling, Deputado Dr. Vicente Caropreso. Com a palavra o Deputado Valdir Cobalchini relatou as seguintes matérias: PL./0079.2/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que institui o Programa Maria da Penha vai à Escola, visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha; exarou parecer favorável, nos termos da emenda substitutiva global apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo. PL./0093.0/2019, de autoria da Deputada Ada de Luca, que institui o Portal de Transparência das Escolas Públicas pelo Estado e pelos Municípios de Santa Catarina e estabelece outras providências. Dentro deste projeto foram apensados o PL./0202.9/2019 e o PL./0446.5/2019; exarou parecer favorável à emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0265.2/2019, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera a Lei nº 17.449, de 2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabelece outras providências; exarou parecer favorável à emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0274.3/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica da rede pública do Estado de Santa Catarina, devendo o vestuário ser compatível com o clima de cada Município; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0362.2/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que reconhece o Município de Curitiba como o Coração do Estado de Santa Catarina; exarou parecer pela aprovação, na forma da emenda substitutiva global apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0373.5/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Educação Digital nas Escolas - Cidadania Digital, e adota outras providências; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0456.7/2019, de autoria do Deputado João Amin, que institui o Prêmio Alunos-Destaque nas escolas da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Luciane Carminatti. PL./0036.2/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que institui a Rota Turística Vale do Sagrado Catarinense; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a senhora Presidente fez a leitura extrapauta de Requerimento de sua autoria, que solicita apoio da Comissão de Educação, Cultura e Deporto, para realização, por meio da Escola do Legislativo, de um ciclo de seminários online, voltado a capacitação dos conselheiros municipais e estaduais de cultura, no primeiro semestre deste ano. A solicitação foi feita formalmente a esta Presidência pelo Conselho Estadual de Cultura, por meio do ofício nº 12/2021; a solicitação, colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Com a palavra a Deputada Ana Campagnolo passou a relatar as seguintes matérias: PL./0156.9/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a inclusão da disciplina Noções Básicas de Direito no currículo escolar do Ensino Médio, no Estado de Santa Catarina; exarou parecer pela rejeição, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0511.8/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que dispõe sobre a divulgação de mensagem incentivando a doação de sangue, em todas as competições esportivas e eventos culturais, bem como em clubes de futebol, no âmbito do Estado de Santa Catarina; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Fernando Krelling relatou o PL./0023.8/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que dispõe sobre a Carteira de Identificação Estudantil de Santa Catarina (CIESC), popularmente denominada "Carteirinha Catarina" e adota outras providências. Dentro deste projeto foram apensados os PL./0025.0/2020, PL./0026.0/2020, PL./0028.20/2020 e PL./0045.3/2020; apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Educação, ao Conselho Estadual de Educação, à União Catarinense dos Estudantes, à União Catarinense dos Estudantes Secundaristas e ao Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou as seguintes matérias: PL./0212.0/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto, que declara integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina, a Camerata Florianópolis;

apresentou requerimento de encaminhamento ao 1º Secretário da Mesa, para que envie os autos para a Comissão de Constituição e Justiça que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0428.3/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à depressão, à automutilação e ao suicídio no projeto pedagógico das escolas da rede pública estadual de ensino básico e adota outras providências; apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Saúde, ao Conselho Estadual da Defesa da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina e ao Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, a senhora Presidente convocou os demais membros para a próxima reunião desta Comissão, a ser realizada no dia vinte nove de março, às treze horas. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 24 de março de 2021.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

— * * * —

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte um, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira** reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Bruno Souza, Jerry Comper, Luciane Carminatti, Sargento Lima e Silvio Dreveck. Os Deputados Jean Kuhlmann e Ana Campagnolo justificaram suas ausências mediante ofício. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 7ª reunião ordinária que, em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente acusou o recebimento do **Ofício nº 258/2021**, de 13 de abril do corrente ano, do Secretário de Estado da Fazenda, tratando do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária. Ato contínuo, o Presidente abriu a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Marcos Vieira** relatou o **PL./0106.0/2021**, de autoria do Deputado Milton Hobus, que isenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas e de importação do exterior, bem como as correspondentes prestações de serviços de transporte realizadas com oxigênio medicinal. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jerry Comper** retirou de pauta a **MPV/00236/2021**, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio emergencial, na forma de subsídio integral da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito, a microempreendedores individuais (MEI) e a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, para enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e estabelece outras providências. O **Deputado Sargento Lima** relatou o **PL./0019.1/2020**, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre sanções a serem aplicadas a empresas do setor de segurança privada que origemem chamada telefônica para serviços de segurança pública, quando a ocorrência relatada não for confirmada pelo agente público acionado, ou que não disponibilizem preposto no local para atendimento técnico/operacional. Seu parecer foi contrário ao projeto que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Jerry Comper. O Deputado Sargento Lima relatou o **PL./0303.2/2020**, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que revoga o inciso XVI e o § 5º do art. 3º da Lei 16.773, de 2015, para extinguir a escala de 24 horas de serviço por 48 horas de descanso, aplicada exclusivamente ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Bruno Souza. O **Deputado Bruno Souza** apresentou voto vista ao **PL./0095.2/2020**, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que dispõe sobre a permanência e obrigatoriedade do profissional Fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) do Estado de Santa

Catarina, adulto, neonatal e pediátrico e adota outras providências. Seu voto vista foi pelo diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Bruno Souza** apresentou voto vista ao **PL./0188.6/2020**, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que altera a Lei nº 5.684, de 1980, que "Dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências". Seu voto vista foi pela rejeição do projeto, o qual será apreciado após a manifestação dos demais votos vistas. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o **PL./0301.0/2019**, de autoria do Deputado Jair Miotto, que dispõe sobre o direito do consumidor em obter a emissão da nota fiscal eletrônica no ato do pagamento da prestação de serviço, seu parecer foi pela rejeição do projeto, com posterior remessa a Comissão de Constituição e Justiça, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Neste momento assumi a presidência da Comissão de Finanças e Tributação, a Deputada Luciane Carminatti. O Deputado Silvio Dreveck relatou o **PL./0284.5/2019**, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a celebração de convênios entre os Hospitais Filantrópicos e o Governo do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi contrário ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado Jerry Comper. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o **PL./0260.8/2020**, de autoria do Deputado Sargento Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado de Santa Catarina a disponibilizar tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral aos pacientes oncológicos, conforme prescrição médica. Seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o requerimento. **A Deputada Marlene Fengler** relatou o **PL./0012.5/2020**, de autoria do Deputado Jair Miotto, que dispõe sobre a escolha do dia de vencimento da fatura de energia elétrica por parte do consumidor no Estado de Santa Catarina. Seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. A Deputada Marlene Fengler relatou o **PL./0327.0/2020**, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que obriga a exposição de obra de arte afixada em fachada ou no "hall" de acesso público, de novas edificações de prédios públicos do Estado de Santa Catarina. Seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. A Deputada Marlene Fengler retirou de pauta o **PL./0204.0/2019**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que altera o art. 8º da Lei nº 7.543, de 1988, que "Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências", a fim de alterar características da inexigibilidade do imposto para pessoas com deficiência. A Deputada Marlene Fengler relatou o **PL./0304.3/2018**, de autoria do Deputado Milton Hobus, que isenta os veículos automotores de duas rodas do pagamento da tarifa de pedágio nas rodovias estaduais de Santa Catarina. (A este projeto foi apensado o PL./0008.9/2019). Seu parecer foi contrário ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu Renata Rosenir da Cunha, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e oito de abril de 2021.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ATOS INTERNOS

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 210, de 04 de maio de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Parecer exarado pela Procuradoria nº 0045/2021,

RESOLVE: com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR O AFASTAMENTO DE EXERCÍCIO à servidora **MICHELLE DIAS**, matrícula nº 6967, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, habilitação/Nível Superior/Jornalista, código PL/ALE-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para cursar o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola e Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, até 07 de março de 2022.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

ATO DA MESA Nº 211, de 04 de maio de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR o servidor do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa LUIZ EDUARDO DE SOUZA, matrícula nº 6852, como presidente da Comissão Legal – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL, a contar de 03 de maio de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto – Secretário

ATOS DA MESA CONSLEG

ATO DA MESA – CONSLEG Nº 011, de 06 de maio de 2021.

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Morro da Fumaça Novos Horizontes.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pelas Leis nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019, nº 17.973, de 30 de julho de 2020, e nº 18.013, de 6 de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Morro da Fumaça Novos Horizontes, com sede no Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º Caso tenha interesse em obter a certidão de reconhecimento de utilidade pública estadual, a entidade poderá solicitá-la à Alesc, a qualquer tempo, mediante requerimento, desde que não seja qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos do art. 18 da Lei federal nº 9.790, de 1999, e que apresente os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III – certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV – balancete contábil do exercício anterior;

V – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício anterior à solicitação, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação; e

VI – declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 06/05/2021.

Deputado **Mauro de Nadal** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

———— * * * ————

ATO DA MESA – CONSLEG Nº 012, de 06 de maio de 2021.

Declara de utilidade pública o Rotary Club Correia Pinto.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pelas Leis nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019, nº 17.973, de 30 de julho de 2020, e nº 18.013, de 6 de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club Correia Pinto, com sede no Município de Correia Pinto.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º Caso tenha interesse em obter a certidão de reconhecimento de utilidade pública estadual, a entidade poderá solicitá-la à Alesc, a qualquer tempo, mediante requerimento, desde que não seja qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos do art. 18 da Lei federal nº 9.790, de 1999, e que apresente os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III – certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV – balancete contábil do exercício anterior;

V – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício anterior à solicitação, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação; e

VI – declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 06/05/2021.

Deputado **Mauro de Nadal** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1081, de 6 de maio de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **JEAN CARLOS AGUIAR**, matrícula nº 10896, de PL/GAB-48 para o PL/GAB-61 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2021 (GAB DEP RODRIGO MINOTTO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1082, de 6 de maio de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR JARDEL FRONZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP RICARDO ALBA – POUISO REDONDO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1083, de 6 de maio de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ARTEMIO FABIANO DE MATTOS**, matrícula nº 10587, de PL/GAB-57 para o PL/GAB-60 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2021 (GAB DEP SERGIO MOTTA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1084, de 06 de maio de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

FICA REVOGADA a portaria nº 1213/2020, de 27 de novembro de 2020.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1085, de 6 de maio de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **ANNA CATARINA CASTANHA CORDEIRO**, matrícula nº 8549, de PL/GAB-25 para o PL/GAB-59 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2021 (GAB DEP ROMILDO TITON).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1086, de 7 de maio de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria que REPUBLICOU POR INCORREÇÃO a Portaria nº 901 de 6 de abril de 2021.

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO****ATA DA SESSÃO DO TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO, DE QUE TRATA A LEI 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950, FORMADO PARA O JULGAMENTO DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CARLOS MOISÉS DA SILVA PELA SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE QUE SÃO OBJETO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT Nº 6919/2020 (REPRESENTAÇÃO Nº 0002.6/2020) – JULGAMENTO DEFINITIVO**

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se o Tribunal Especial de Julgamento de que trata a Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, formado para o julgamento o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva pela suposta prática dos crimes de responsabilidade que são objeto do Processo de Impeachment n. 6919/2020 (Representação n. 0002.6/2020), exclusivamente por videoconferência, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler, Presidente do Tribunal Especial de Julgamento, com a presença virtual da Excelentíssima Desembargadora Sônia Maria Schmitz, do Excelentíssimo Deputado Marcos Vieira, do Excelentíssimo Desembargador Roberto Lucas Pacheco, do Excelentíssimo Deputado José Milton Scheffer, do Excelentíssimo Desembargador Luiz Zanelato, do Excelentíssimo Deputado Valdir Cobalchini, da Excelentíssima Desembargadora Rosane Portella Wolff, do Excelentíssimo Deputado Fabiano Da Luz, do Excelentíssimo Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli e do Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster, para o julgamento definitivo do Processo de Impeachment n. 6919/2020 (Representação n. 0002.6/2020).

Aberta a sessão, realizou-se a verificação de presenças de que trata o item 21 do roteiro de julgamento. Após constatar que o procurador do denunciado, Advogado Marcos Fey Probst, OAB/SC n. 20.781, estava presente, conectado ao ambiente virtual próprio e compartilhado no qual se realizou a sessão por videoconferência, o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler, Presidente do Tribunal Especial de Julgamento, declarou encerrada a fase probatória.

O Excelentíssimo Deputado Marcos Vieira suscitou questão de ordem e censurou a conduta da Deputada Federal Carla Zambelli, que incitou os catarinenses a utilizarem as redes sociais para instigarem os Excelentíssimos Deputados que integram este Tribunal Especial de Julgamento a condenarem o denunciado.

Ato contínuo, o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler, Presidente do Tribunal Especial de Julgamento, concedeu o uso da palavra, nos termos do item 31 do roteiro de julgamento, para proferirem sustentação oral por videoconferência, pelos denunciantes, os Advogados Bruno de Oliveira Carreirão, OAB/SC n. 34.565, Josué Ledra Leite, OAB/SC n. 23.602, Ivo Borchardt OAB/SC n. 12.015, Dulcianne Beckhauser Borchardt, OAB/SC n. 29.250, e Leonardo Borchardt, OAB/SC n. 23.633, e pelo denunciado o Advogado Marcos Fey Probst, OAB/SC n. 20.781.

Concluída a sustentação oral do procurador do denunciado, o Advogado Marcos Fey Probst, OAB/SC n. 20.781, efetuaram a réplica, nos termos do item 32 do roteiro de julgamento, pelos denunciantes, os Advogados Bruno de Oliveira Carreirão, OAB/SC n. 34.565, e Leonardo Borchardt, OAB/SC n. 23.633. Na sequência, efetuou a tréplica, pelo denunciado, o Advogado Marcos Fey Probst, OAB/SC n. 20.781.

Após o encerramento dos debates orais, dispensada por unanimidade a leitura do relatório resumido previsto no item 34 do roteiro de julgamento, o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler, Presidente do Tribunal Especial de Julgamento, colheu os votos dos seus membros, todos presentes à sessão realizada por videoconferência. Na deliberação sobre o mérito, o Tribunal Especial de Julgamento, não alcançou a maioria de 2/3 (dois terços) dos votos, prevista no parágrafo único do art. 68 da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950 (item 37 do roteiro de julgamento), necessária para condenar o Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, pela prática do crime de responsabilidade que lhe foi imputado no Processo de Impeachment n. 6919/2020 (Representação n. 0002.6/2020). Votaram pela condenação a Excelentíssima Desembargadora Sônia Maria Schmitz, o Excelentíssimo Desembargador Roberto Lucas Pacheco, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Zanelato, a Excelentíssima Desembargadora Rosane Portella Wolff, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Antônio Zanini

Fornerolli e o Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster. Votaram pela absolvição os Excelentíssimos Deputados Marcos Vieira, José Milton Scheffer, Valdir Cobalchini e Fabiano da Luz.

Tomaram parte na decisão a Excelentíssima Desembargadora Sônia Maria Schmitz, o Excelentíssimo Deputado Marcos Vieira, o Excelentíssimo Desembargador Roberto Lucas Pacheco, o Excelentíssimo Deputado José Milton Scheffer, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Zanelato, o Excelentíssimo Deputado Valdir Cobalchini, a Excelentíssima Desembargadora Rosane Portella Wolff, o Excelentíssimo Deputado Fabiano Da Luz, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli e o Excelentíssimo Deputado Laércio Schuster.

A sessão foi presidida, presencialmente, pelo o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Roesler – Presidente do Tribunal Especial de Julgamento, que após a decisão proferiu a seguinte sentença, nos termos o item 39 do roteiro de julgamento:

SENTENÇA - REPRESENTAÇÃO 0002.6/2020

1 – RELATÓRIO

De acordo com a Representação n. 002.6/20, os cidadãos Hélio Cesar Bairros, Bruno de Oliveira Carreirão, Beatriz Campos Kowalski, Marcelo Batista de Souza, José Marciel Neis, Nilton Silva Pacheco, Carlos Alberto Vieira, Fernando de Mello Vianna, Leonardo Boarchart, Dulcianne Beckhauser Borchardt, Anselmo Cerello, Ivo Borchardt, Gabrielle Beckhauser Rodriguez, Adauto Beckhauser, Josué Ledra Leite e Filipe Henrique Brolese formularam pedido de impedimento do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, aduzindo a sua responsabilidade pelos seguintes fatos:

- a) Pela operação de aquisição de 200 respiradores, mediante dispensa de licitação e sem prestação que, fracassada, custou aos cofres públicos o equivalente a R\$ 33 milhões de reais;
 - b) Pela prestação de falsas informações à Comissão Parlamentar de Inquérito, então instituída para apurar as circunstâncias e os eventuais responsáveis pela operação de aquisição daqueles equipamentos;
 - c) Pela destinação de crédito extraordinário à instalação de hospital de campanha sem previsão legal para ordenação da despesa;
 - d) Pela omissão decorrente da falta de atuação correcional em relação ao ex-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Saúde, em face da gerência dos atos que compõem a aquisição, relacionados à aquisição dos equipamentos;
 - e) Pelo empenho para pagamento de verba aos procuradores do Estado de Santa Catarina;
 - f) Pela retirada, sem motivação, do projeto de reforma da previdência em trânsito no Parlamento;
- Na mesma peça formulou-se acusações em face da Vice-Governadora do Estado, Daniela Cristina Reinehr, deduzindo as seguintes condutas:

- a) A omissão diante da notícia da realização da operação de compra de respiradores e da derivação de verba à contratação do hospital de campanha;
- b) A omissão no dever de fiscalização em relação à destinação de verba para custeio de gratificação dirigida aos procuradores do Estado de Santa Catarina;
- c) A omissão diante da suposta ingerência do Sr. Governador do Estado ao retirar o projeto de reforma da previdência e das “investidas contra o duodécimo, negligenciando a arrecadação das rendas, impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio” (fl. 97);

Recebido o pedido pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a Comissão Especial instituída para apuração da representação ofereceu parecer pelo prosseguimento da acusação, unicamente em relação ao Sr. Governador do Estado, nos seguintes termos:

- 1) AUTORIZAR a instauração de processo de impeachment em face do Governador do Estado CARLOS MOISÉS DA SILVA, pelos crimes de responsabilidade previstos no art. 11º, item 1 (aquisição dos respiradores e processo de contratação do hospital de campanha); no art. 9º, item 3 (prestação de informações falsas a CPI) e art. 9º, item 7, (ausência de punição a subordinados), todos da Lei n. 1.079/50, devendo seguir os trâmites constitucionais, legais e regimentais; e

2) ARQUIVAR a denúncia em face da Vice-Governadora do Estado DANIELA CRISTINA REINEHR, pelos crimes de responsabilidade elencados na denúncia, devendo seguir os trâmites constitucionais, legais e regimentais (fls. 84-85).

Submetido a plenário, o parecer foi aprovado, e publicado em 22.10.20, juntamente com o decreto n. 18.338/20, autorizando o processamento do pedido pelo Tribunal Especial de Julgamento (Diário da Alesc n. 7.626).

Em 26.10.2020 foi realizado sorteio dos cinco membros do Tribunal de Justiça, e em 27.10.2020 foi feita a eleição dos cinco membros da Assembleia Legislativa para formação do Tribunal Especial.

Na data de 30 de outubro de 2020 foi realizada a sessão inaugural. A relatoria do parecer foi distribuída por sorteio à Desa. Rosane Portella Wolff, que apresentou o relatório no decêndio subsequente.

Realizadas as diligências requeridas pelas partes, solicitadas em meados de novembro de 2020 e respondidas no início de fevereiro deste ano designei a data de 26 de março para julgamento do parecer que determinará ou não o recebimento da denúncia. Após a designação desta sessão alguns dos postulantes renunciaram à acusação, prosseguindo a Representação sob a tutela dos requerentes remanescentes.

Na solenidade de julgamento dei ciência ao Colegiado da decisão que tomei às vésperas da sessão, em função de petição dirigida por membro da Assembleia Legislativa que, na condição de cidadão invocava a suspeição de um dos integrantes do Tribunal Especial de Julgamento, dada sua condição de líder do Governo no Parlamento durante a gestão do denunciado.

Ao apreciar o parecer da relatora, Excelentíssima Desembargadora Rosane Portella Wolff, o Tribunal Especial de Julgamento decidiu, por maioria de votos, acolher parcialmente a representação e admitir o processamento da denúncia em relação à acusação de responsabilidade pela aquisição de respiradores mecânicos, com fundamento no art. 11, item 1, da Lei n. 1.079/50 (item “i” da Representação n. 002.6/2020), e submeter o Representado Carlos Moisés da Silva ao processo de impeachment. A mesma decisão afastou o Denunciado do cargo, nos termos do art. 82 da Lei n. 1.079/50.

Apresentados o libelo (9.494-9.496) e sua contrariedade (fls. 9.497-9.501), determinei às partes que deduzissem, justificadamente, a pertinência e a utilidade das provas indicadas. Em seguida fiz juntar os documentos remetidos pelo Superior Tribunal de Justiça, em relação à diligência requerida ao fim do ano passado, postulando o compartilhamento de elementos constantes do Inquérito n. 1.427/DF, em que se apurava, na esfera criminal, os fatos que substanciam a presente denúncia. Dada ciência aos membros deste Tribunal e à acusação, sobreveio requerimento do Exmo. Sr. Deputado Laércio Schuster, requerendo a oitiva do Denunciado (fls. 9.504).

Após a resposta das partes, indeferi os requerimentos de prova, inclusive a oitiva do Denunciado, por não vislumbrar no primeiro caso a pertinência e a utilidade dos requerimentos e, no segundo, à míngua de alguma justificativa, também porque a própria defesa abriu mão do depoimento, que a rigor serve ao acusado no exercício da autodefesa do Denunciado. Saneado o processo, no mesmo ato determinei a data de hoje para o julgamento da acusação (fls. 9.505-9.5018).

Em 01 de maio foi interposta, pelo Exmo. Sr. Deputado Laércio Schuster, membro deste Tribunal Especial de Julgamento, Reclamação no Supremo Tribunal Federal (RCL 47.152/DF). Na Reclamação Sua Excelência questionava a um só tempo: a) a necessidade de inquirição do Denunciado; b) o roteiro de condução do processo e condução do julgamento, aprovado à unanimidade na sessão inaugural do Tribunal Especial de Julgamento, e; c) a autoridade da presidência para apreciar a pertinência das provas requeridas.

Às vésperas deste julgamento, o Deputado Ivan Naatz novamente peticionou na condição de cidadão, postulando o adiamento dessa solenidade. Justificou sua pretensão a partir do voto de uma das integrantes do Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina lançado na sessão daquele órgão em que se apreciava a promoção de arquivamento do inquérito em curso no seio daquela instituição, que então propôs a manutenção do inquérito e das investigações. Valendo-me das razões anteriores indeferi o pedido, considerando, ademais, que o peticionante se manifestara publicamente em diversas ocasiões aduzindo que, em sua compreensão, não havia gerência alguma daquelas investigações sob este processo, razão pela qual não havia demonstração nem mesmo do interesse processual.

O Exmo. Sr. Deputado Laércio Schuster impetrou Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça versando o mesmo objeto da Reclamação interposta do Supremo Tribunal Federal.

Em decisão de 06 de maio, Sua Excelência o Ministro Ricardo Lewandowski negou seguimento à reclamação. Na mesma data foi indeferida a ordem postulada no mandado de segurança pelo Exmo. Des. Monteiro Rocha.

É, em síntese, o relatório.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Depurada a Representação, em 26 de março último o Tribunal Especial de Julgamento admitiu o prosseguimento unicamente em relação à eventual responsabilidade do Denunciado, ainda que por omissão, na operação que visava à aquisição de 200 respiradores pulmonares da empresa Veigamed Material Médico e Hospitalar EIRELI. Ao Denunciado, segundo apontam os Denunciantes, faltou cautela quer no acompanhamento do negócio quer, após, na ordenação de medidas e providências necessárias tanto para apurar os fatos quanto para reaver o valor pago pelos equipamentos.

Em síntese, embora não se tenha vislumbrado elementos que demonstrassem a sua atuação direta no processo de contratação da empresa Veigamed, o Denunciado não teria agido como deveria na condição gestor, quer porque não teria supervisionado por si o por terceiros, por meio de delegação, o processo de aquisição, quer porque, ciente da ocorrência de suposta fraude manteve-se leniente, inclusive em relação às medidas cabíveis para reaver o desfalque sofrido pelo erário.

Asseveraram os Denunciantes que o Denunciado teria conhecimento da operação na medida em que havia declarado em entrevistas o interesse do Estado na aquisição dos equipamentos a despeito das incertezas próprias daquele momento, tendo em vista que seriam adquiridos da China, que é ainda hoje o grande fornecedor mundial não só de equipamentos médicos, mas também de insumos destinados a produção de imunizantes (vacinas). Além dos riscos ordinários, a operação teria sido ordenada com pagamento antecipado da integralidade do valor contratado, R\$ 33 milhões, e mediante a dispensa das garantias habituais.

Embora não se tenha encontrado indícios de que o Denunciado lograsse o efetivo conhecimento dos detalhes da operação e mesmo da assunção direta do risco de contratar a aquisição dos respiradores mesmo diante das condições hostis e da arriscada prática comercial, por meio de determinações diretas ou por orientação aos agentes delegados, ele seria, em última análise, responsável pela atuação dos agentes sob sua subordinação. Além disso, ciente dos fatos deveria ter instaurado procedimento investigativo para apuração individual da responsabilidade dos envolvidos, condutas que redundariam na responsabilidade do Denunciado por omissão. Deveria, ainda, ter ordenado toda sorte de medidas administrativas e judiciais a fim de reaver o valor pago.

A defesa do Denunciado, de outro vértice, defendeu que o Denunciado desconhecia a operação em si, tendo apenas determinado às Secretarias responsáveis a aquisição dos respiradores pulmonares. Asseverou, ainda, que só teria tido conhecimento da operação quando, dias após a contratação, a empresa não havia entregado os equipamentos, quando então determinou o registro de ocorrência policial por meio do seu Chefe de Gabinete. Doravante teria ordenado, também, a apuração administrativa da eventual culpa daqueles que, no âmbito de suas atribuições, houvessem conduzido o processo sem cautelas e, eventualmente, de modo fraudulento.

A defesa ainda enfatizou que, no âmbito penal, a investigação a propósito dos fatos que fundamentam a acusação do pedido de impeachment fora arquivada em relação ao Denunciado, afastando em princípio a responsabilidade criminal do Denunciado pela ausência de indícios de sua participação na aquisição dos equipamentos não recebidos.

3 – DISPOSITIVO

O Tribunal Especial de Julgamento, após deliberar sobre o mérito, não alcançou a maioria de 2/3 prevista no art. 68, parágrafo único, da Lei n. 1079/50, necessária para condenar o Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, pela prática do crime de responsabilidade que lhe foi imputado na Representação n. 002.6/2020. Votaram pela condenação a Sra. Desembargadora Sônia Maria Schmitz, o Sr. Desembargador Roberto Lucas Pacheco, o Sr. Desembargador Luiz Zanelato, a Sra. Desembargadora Rosane Portella Wolff, Sr. Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli e o Sr. Deputado Estadual Laércio Schuster. Votaram pela absolvição o Sr. Deputado

Estadual. Marcos Vieira, o Sr. Deputado Estadual José Milton Scheffer, o Sr. Deputado Estadual Valdir Cobalchini e o Sr. Deputado Estadual Fabiano da Luz.

Ficam intimados os presentes. Intime-se pessoalmente o Denunciado Carlos Moisés da Silva e a Sra. Governadora interina, Daniela Cristina Reinerh. Esta sentença, que será assinada por todos os membros deste Tribunal Especial de Julgamento, constará em ata, e deverá ser publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (art. 69 da Lei n. 1.079/50).

Com esta decisão o Sr. Carlos Moisés da Silva retorna ao cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, o que deverá ocorrer imediatamente (art. 70 da Lei n. 1.079/50). Cumpram-se os atos de expediente.

Intime-se os Excelentíssimos Senhores, o Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Procurador-Geral de Justiça, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Ordem dos Advogados, Subseção de Santa Catarina e o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, dando ciência dos termos desta decisão.

Declaro encerrado este processo de impeachment.

Florianópolis, 7 de maio de 2021.

RICARDO ROESLER
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
SÔNIA MARIA SCHMITZ
DESEMBARGADORA
MARCOS VIEIRA
DEPUTADO ESTADUAL
ROBERTO LUCAS PACHECO
DESEMBARGADOR
JOSÉ MILTON SCHEFFER
DEPUTADO ESTADUAL
LUIZ ZANELATO
DESEMBARGADOR
VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO ESTADUAL
ROSANE PORTELLA WOLFF
DESEMBARGADORA
FABIANO DA LUZ
DEPUTADO ESTADUAL
LUIZ ANTÔNIO ZANINI FORNEROLLI
DESEMBARGADOR
LAÉRCIO SCHUSTER
DEPUTADO ESTADUAL

Ficaram intimados da decisão, por estarem presentes, conectados ao ambiente virtual próprio e compartilhado no qual se realizou a sessão por videoconferência, os Advogados Bruno de Oliveira Carreirão, OAB/SC n. 34.565, Ivo Borchardt OAB/SC n. 12.015, Dulcianne Beckhauser Borchardt, OAB/SC n. 29.250, Leonardo Borchardt, OAB/SC n. 23.633, e Marcos Fey Probst, OAB/SC n. 20.781.

A sessão foi pública, transmitida pela internet e pela TVAL.

Para constar, lavrei a presente ata e dou fé.

Florianópolis, 7 de maio de 2021.

Ane Caroline Scheffer

Secretária do Tribunal Especial de Julgamento do Processo de Impeachment n. 6919/2020 (Representação n. 0002.6/2020)

———— * * * ————